

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CARMEM LUCIA TEXEIRA DE OLIVEIRA

**Inclusão Escolar e Necessidades Educacionais Especiais: Uma revisão da
Literatura**

**Dom Pedrito
2019**

CARMEM LUCIA TEXEIRA DE OLIVEIRA

**Inclusão Escolar e Necessidades Educacionais Especiais: Uma revisão da
Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação no Campo - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Educação no campo.

Orientadora: Annie Mehes Maldonado Brito

**Dom Pedrito
2019**

O48i Oliveira, Carmem Lucia Texeira
Inclusão Escolar e Necessidades Educacionais Especiais: Uma
revisão da Literatura / Carmem Lucia Texeira Oliveira.
51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2019.

"Orientação: Annie Mehes Maldonado Brito Brito".

1. Necessidades Educacionais Especiais. 2. Inclusão
Escolar. 3. Revisão da Literatura. I. Título.

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As 10 horas do dia 14 do mês de maio do ano de 2019, na sala do Agropampa da Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito, realizou-se a sessão de defesa pública de trabalho de conclusão de curso do(a) acadêmico(a) **Carmem Lucia Teixeira de Oliveira**, sob orientação do(a) Prof^a. Dra. Annie Mehes Maldonado Brito, intitulada **Inclusão Escolar e Necessidades Educacionais Especiais: Uma revisão da Literatura**.

Após a apresentação do trabalho e as arguições dos membros da banca examinadora, o trabalho de conclusão de curso foi considerado aprovado () aprovado com ressalvas () reprovado.

Alterações: _____

Tendo como nota 4,0.

Em seguida, encerrou-se a sessão de defesa pública, da qual eu, Prof(a) Annie mehes maldonado Brito, presidente da banca examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, pelos demais membros da banca, pelo(a) acadêmico(a) e pelo(a) professor(a) responsável pelo componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

Annie mehes maldonado Brito
Membro da banca examinadora

Maurício Costa Soares
Membro da banca examinadora

Suzanna B. de Jesus
Membro da banca examinadora

Carmem Lucia Teixeira
Acadêmico(a)

Maurício Costa Soares
Professor responsável pelo componente curricular TCC

DEDICATÓRIA

Aos meus netos Heitor e Gonçalo que são minha maior lição de amor.

AGRADECIMENTOS

Na caminhada da vida estamos em constante evolução, sempre nos reconstruindo, e essa caminhada se torna mais fácil quando temos com quem contar.

Agradeço imensamente algumas pessoas que fizeram parte dessa jornada, me fortalecendo e possibilitando viver este momento.

Agradeço primeiramente a Deus que é à base de tudo.

Aos amigos (as) e familiares.

As minhas fieis escudeiras, colegas e amigas Zaida e Marli que foram meu braço direito, cumprindo as minhas tarefas de trabalho para que eu pudesse estar na universidade.

A minha amiga e eterna diretora Cristina Silva que me incentivou para cursar a faculdade, permitindo a minha ausência do trabalho em determinados períodos, bem como as diretoras Fabiana Cassol e Silvana Camponogara, a elas meu eterno agradecimento.

Agradeço a Irene e Adriana minhas amigas de 30 anos por torcerem pela realização do meu sonho.

A minha colega Marta Jardim, minha curica, por tantos momentos e aventuras, e por estar sempre ao meu lado com palavras de motivação.

A minha colega Loiraci pela parceria, em tantas horas de estudos, pelos projetos, pelas risadas, pelas conversas e companheirismo até o final.

A minha querida Tia Neusa (*in memoriam*) que certamente estaria vibrando comigo e dizendo a sua frase peculiar “Que Bacano”.

As minhas irmãs Roseli e Nara, meu irmão Lorenzo, meus sobrinhos afilhados, cunhados, genros, sogros, primos, alunos de estágio e demais amigos agradeço por sempre que necessário me motivarem, me dando a certeza que sempre é tempo para ir em busca de um sonho

Aos professores da universidade que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu aprendizado, em especial aos professores:

Maritza Moraes Denise Silva e Leandro Duso que me deram palavras de apoio em determinados momentos

A minha orientadora Annie Brito, pelo carinho e orientações.

A minha família que representa tudo o que eu sou, justifica tudo o que faço e me torna alguém melhor agradeço por entenderem minhas ausências.

A minha mãe Jeusa , minha companheira de tantas jornadas pelas palavras de incentivo.

Ao meu marido Junior por segurar a minha mão, me emprestar o ombro para chorar, me dar colo e estar sempre ao meu lado ouvindo minhas queixas e amenizando minhas angústias.

As minhas filhas: Bruna, Renata e Gabriella que são a razão do meu viver, meu amor maior, agradeço por me fazerem entrar na universidade, por acreditarem em mim, por estarem sempre ao meu lado , me ajudando, partilhando minhas alegrias e lágrimas, minhas amigas, confidentes e professoras, são a melhor parte de mim.

Aos meus netos Heitor e Gonçalo que são meu combustível, que me renovam, me energizam e me dão a certeza que a vida é maravilhosa!

“Seja você quem for, seja qual for à posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá”.

Ayrton Senna

RESUMO

A presença do aluno com NEE na escola comum tem se intensificado nos últimos anos, porém essa presença nem sempre é bem vinda em decorrência da falta de experiências anteriores com tal clientela. O interesse da autora dessa pesquisa em realizar estudos sobre a inclusão de alunos com NEE surgiu quando passou a ter contato direto com estas crianças, a partir do momento que começou a trabalhar como Agente Educacional I (merendeira) em uma escola estadual que recebe crianças com NEE. O estudo objetivou realizar um levantamento a cerca de uma revisão da literatura sobre Inclusão Escolar em busca de sanar a interrogação sobre a relevância da inclusão em artigos científicos dos últimos dez anos de produção científica nacional. Realizou-se uma revisão bibliográfica onde foram utilizadas as seguintes palavras-chave: inclusão escolar e percepção, inclusão escolar e perspectiva, inclusão e necessidades educacionais especiais. Foram localizados 140 artigos, dos quais 118 foram excluídos. Após essa análise a seleção final contou com 22 artigos na íntegra e foram analisados quanto às palavras-chave pesquisadas citadas anteriormente. A Perspectiva da Inclusão ainda encontra-se em crescimento devido à dificuldade de encarar e preparar professores para encarar a Inclusão para a prática e não apenas para a teoria. Porém é necessário pesquisar mais sobre NEE e Estigma e Inclusão Escolar e Estereótipo. A grande maioria dos artigos se caracteriza pela falta de capacitação dos professores a cerca da Inclusão. Nota-se que a Inclusão ainda é excluída quando se trata de trabalhos científicos nestes temas, pelo número de publicação perto de outras áreas distintas.

Palavras- chave: Necessidades Educacionais Especiais; Inclusão Escolar; Revisão de Literatura.

ABSTRACT

The presence of the pupil with SEN in the common school has intensified in recent years, but this presence is not always welcome due to the lack of previous experiences with such clientele. The researcher's interest in carrying out studies on the inclusion of students with SEN appeared when she started to have direct contact with these children, from the moment she started working as Educational Agent I (merendeira) in a state school that receives children with SEN. The study aimed to carry out a survey about a review of the literature on School Inclusion in order to heal the question about the relevance of inclusion in scientific articles of the last ten years of national scientific production. A bibliographic review was carried out where the following keywords were used: school inclusion and perception, school inclusion and perspective, inclusion and special educational needs. A total of 140 articles were found, of which 118 were excluded. After this analysis, the final selection had 22 articles in its entirety and were analyzed for the aforementioned keywords quoted above. The Perspective of Inclusion is still growing because of the difficulty of facing and preparing teachers to face Inclusion for practice and not just for theory. However, more research is needed on SEN and Stigma and School Inclusion and Stereotype. The vast majority of articles are characterized by a lack of teacher empowerment around Inclusion. It is noted that Inclusion is still excluded when it comes to scientific work on these subjects, by the number of publication close to other distinct areas.

Keywords: Special Educational Needs; School inclusion; Literature review.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BCC - Base Curricular Comum

DCN's - Diretrizes Curriculares Nacionais

DI - Deficiência Intelectual

EE - Educação Especial

EF - Ensino Fundamental

EI - Educação Inclusiva

IE - Inclusão Escolar-

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEE - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

TGD - Transtorno Global do Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
2.3 INCLUSÃO ESCOLAR	18
2.4 ESTIGMA E ESTEREÓTIPO	20
3 METODOLOGIA	22
4 RESULTADOS.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6 REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

A temática inclusão assume um papel polemizador nos debates relacionados ao encaminhamento a ser dado ao processo de escolarização dos sujeitos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A inclusão é um longo processo e não ocorre por decreto ou modismo, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam que o aluno se integre social, educacional e emocionalmente com seus colegas e professores, com os objetos do conhecimento e da cultura (CARVALHO, 2004). Pois incluir é fazer com que os alunos tenham o privilégio de conviver com as diferenças, não à piedade e sim as possibilidades que os alunos incluídos devem ter. Estar em uma escola pública da rede regular de ensino coloca os alunos com NEE em uma situação de privilégio, que é uma condição de vantagem atribuída à pessoa ou grupo, em comparação aos demais que não conseguem o acesso à escola, e garante ressalvas e imunidades que destacam o indivíduo, dando-lhes direitos especiais além do comum a todos.

Durante muito tempo a humanidade apresenta preconceitos e discriminações, ocasionando exclusão na sociedade. A exclusão social é outro fator que vem da antiguidade, mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas eram excluídas por não estar nos modelos da sociedade daquela época, como se fosse normal esta exclusão (MELETTI E RIBEIRO, 2014).

A presença do aluno com NEE na escola comum tem se intensificado nos últimos anos, porém essa presença nem sempre é bem vinda em decorrência da falta de experiências anteriores com tal clientela, vindo que estes alunos não estavam inseridos dentro da sala regular e sim em classes especiais.

O interesse da autora dessa pesquisa em realizar estudos sobre a inclusão de alunos com NEE surgiu quando passou a ter contato direto com estas crianças, a partir do momento que começou a trabalhar como Agente Educacional I (merendeira) em uma escola estadual que recebe crianças com NEE. Já trabalhando na escola há 11 anos, tendo um contato diário com os alunos, tanto na merenda, como no recreio, onde ajuda na recreação, a autora passou a observar e fazer questionamentos sobre seu próprio olhar sobre a inclusão de pessoas com NEE.

Estar diante de uma realidade que era para ela tão distante, proporcionou um lado mais humano, capaz de compreender as necessidades do próximo. Percebendo que cada indivíduo tem o seu potencial e que as barreiras para as

peças com NEE, não estão na própria pessoa, mas no ponto de vista da sociedade.

Goffman (1980) explica que um indivíduo estigmatizado é considerado como tendo uma característica diferente daquela aceitável pela sociedade, ou seja, não se encaixa nos padrões de “normalidade”, categorizando os alunos especiais como “os diferentes” atribuindo-se uma desvantagem aos demais indivíduos. Tais reações impedem que a sociedade acredite no potencial desse aluno e por esse motivo passam a instituir comportamentos restritos e indiferentes sobre eles, levando-os a segregação.

Diante disso, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social o intuito de realizar um levantamento da literatura a cerca da Inclusão Escolar vendo que os trabalhos científicos servem como base e referências para novos trabalhos.

Por este motivo ao delimitar o tema desta pesquisa levou-se em consideração a produção de trabalhos científicos para embasar novas pesquisas. Ou seja, o objetivo geral é realizar um levantamento a cerca de uma revisão da literatura sobre Inclusão Escolar em busca de sanar a interrogação sobre a relevância da inclusão em artigos científicos dos últimos dez anos de produção científica nacional. Sendo os específicos: (i) Pesquisar por meio das palavras-chave artigos científicos sobre a inclusão escolar; (ii) Realizar um levantamento dos artigos desenvolvidos entre 2009-2019 no tema; (iii) Realizar levantamento teórico sobre a inclusão e temas afins; conhecer a legislação (Leis e Diretrizes que norteiam o processo de inclusão) na educação nacional e por fim (v) identificar e discutir as lacunas existentes na literatura da área de pesquisas que investiguem os temas.

Perante deste contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: “Como é exposto o tema Inclusão Escolar em artigos científicos de 2009-2019, quais são os temas mais pesquisados?”. Foram utilizados os seguintes descritores: inclusão escolar e percepção, inclusão escolar e perspectiva, NEE e inclusão, NEE e estigma e por fim inclusão escolar e estereótipo. Assim, buscou-se com esta revisão de literatura averiguar os principais trabalhos na área, a fim de apontar os temas mais estudados, pois as particularidades do tema em questão são de interesse para o processo de trabalhos científicos futuros.

2. UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos tópicos a seguir apresenta-se uma revisão da literatura para um melhor entendimento deste estudo, incluindo: Salamanca, Leis de Diretrizes e Bases (L. D. B), Plano Nacional de Educação (PNE), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Inclusão Escolar (IE), Educação Especial (EE) e Educação Inclusiva (EI) e por fim Estigma e Estereótipo, referenciais que embasaram teoricamente o trabalho desenvolvido nesta pesquisa.

O Ministério da Educação (MEC) (2005) aborda que:

A Declaração de Salamanca (1994) traz uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais” estendendo-o a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem. O princípio é que as escolas devem acolher a todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, superdotadas, de rua, que trabalham de populações distantes, nômades, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados. Para isso, sugere que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas. (MEC, 2005, p. 20).

A Declaração de Salamanca, face importante para a consolidação da Educação Especial Inclusiva, despertou à atenção para com esta clientela presente na sociedade em geral, porém ainda excluída da comunidade escolar.

Segundo a L. D. B da Educação Nacional - 9394/96. A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O capítulo V, artigo 58, da LDB, classifica educação especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais” (Redação dada pela lei nº12.796 de 2013).

O PNE 2001-2020 é a regulamentação que norteia a organização do sistema educacional. Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece

a nova função da EE como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao Ensino Superior) e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O PNE considera público alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

A PNEE (2008) traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar. Consolidando o movimento histórico brasileiro tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Orienta os sistemas de ensino para promover respostas às NEE, garantindo a transversalidade da EE em todos os níveis, o AEE, a formação de professores e profissionais da área para o AEE, a participação da família e da comunidade, e a acessibilidade mobilidade e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

O PDE é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento, contribuindo com o AEE.

As DCN's (2013) apresenta apenas o item "Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial", voltado apenas o AEE e não à inclusão em geral fazendo deste capítulo uma releitura de leis e decretos já existentes anteriormente.

Conforme o estudo da BNCC (2018) não apresenta um item específico sobre a Inclusão, apenas indica que ela tem um compromisso com os alunos com deficiência, indicando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Dentre os itens que esta assegura podemos destacar art.28, §II: Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. Nota-se que a lei é expressiva perante a inclusão, porém a mesma não garante a inclusão na prática educacional.

Traçou-se uma linha das legislações existentes, da inicial a qual falava da NEE até a atual que é a BNCC, a fim de mostrar a evolução das leis que garantem,

envolvem e asseguram a Educação Inclusiva. Pois a EI tem sido um caminho importante para abranger a diversidade, mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo, ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de estigmas, preconceitos do aluno do Ensino Fundamental em relação à criança incluída, como também em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da EE começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, confiaram nas habilidades de pessoas até então consideradas ineducáveis. A educação formal era direito de poucos, a internalização em asilos e manicômios era o principal meio de tratamento. Com isso consolidou-se a segregação, justificando-se pela ideia de que o indivíduo diferente seria cuidado e protegido se instalada em um meio separado das demais pessoas consideradas normais (MENDES, 2006).

Já século XIX, se consolidou a escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos originou-se então às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos “anormais” passaram a ser encaminhados (MENDES, 2006). No Brasil, somente a partir da década de 1990 é que o assunto “inclusão” passou a fazer parte dos debates das escolas e universidades brasileiras (GAMA, 2011).

Segundo Freire (2008), a inclusão é um movimento educacional, social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos a participarem de uma forma consciente e responsável, na sociedade e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Para este mesmo autor,

O desenvolvimento de uma educação inclusiva obriga a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, a mudanças na articulação dos diferentes agentes educativos, a mudanças na gestão da sala de aula e do currículo e a mudanças do próprio processo de ensino-aprendizagem e, por isso mesmo, pode também originar resistências e medos, que inibam a ocorrência dessas mudanças (FREIRE, 2008, p.06).

O presente trabalho apresenta quatro pontos cruciais para a inclusão, sendo eles:

- Sendo um direito fundamental;
- Obrigada a repensar a diferença e diversidade;
- Implica repensar a escola e o sistema educativo;
- Constitui um veículo de transformação da sociedade.

Segundo Werneck (1997, p. 58): “Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não”.

Atualmente, a pauta da EI tem-se uma dedicação mais específica, segundo a LDB da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no artigo 58 capítulo V, compreende-se por “Educação Especial, para os efeitos desta Lei a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996, p. 1). Ou seja, alunos que nos dias atuais forem denominados alunos com NEE têm a garantia legal que ampara sobre suas necessidades para que sejam atendidas por completo.

2.3 INCLUSÃO ESCOLAR

Cabral (2011) pesquisou a relação aos alunos com e sem deficiência mental, com o objetivo de investigar as relações sociais estabelecidas entre as crianças.

Orientada pelos conceitos de preconceito e experiência, à luz da teoria crítica da sociedade nas situações de sala de aula, indo ao encontro da presente pesquisa em relação aos alunos sem deficiência.

Este trabalho se justificou pela necessidade de investigar em que medida a inclusão educacional da criança com Deficiência Intelectual (DI) em uma exigência legal e política, contribuindo para o desenvolvimento das crianças que convivem na escola, vendo que a interação social desencadeia um enorme papel na formação da criança incluída. A coleta de dados foi realizada com crianças matriculadas no EF que estudavam com alunos com DI na mesma sala e os sujeitos núcleo da pesquisa foram duas crianças com DI. O instrumento consistiu na aplicação do teste sociométrico buscando identificar os relacionamentos recíprocos estabelecidos em sala de aula entre as crianças com e sem DI, bem como à observação dirigida durante a aula.

A principal ideia foi que os alunos com DI em situação de inclusão são mais aceitos do que excluídos pelo grupo de alunos da sala de aula, porém ocupam lugar de marginalização entre os alunos. Os resultados obtidos no teste excluem a ideia geral da pesquisa, apontando que os alunos com DI não são escolhidos para a formação de subgrupos entre as crianças, sendo segregados. Porém as observações dirigidas apontam para a existência de momentos de identificação entre as crianças com e sem DI.

Marins e Matsukura (2009) objetivaram identificar quais as ações foram praticadas a partir das DCN's para EI na rede regular do EF, em relação com a percepção dos gestores da área da EE de cidades-pólo do estado de São Paulo, participaram do estudo seis Secretarias Municipais de Educação de Educação Especial. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com questões abertas e fechadas. Este trabalho fundamentou-se nas diretrizes políticas para a EI no Brasil e suas estratégias de implementação que propõem além da garantia do acesso a permanência e qualidade da educação para os alunos com NEE no ensino regular.

A pesquisa indica questões legais e as diretrizes políticas, onde pouco se conhece sobre as práticas em perspectivas locais, observando-se a possibilidade de um desacerto entre as práticas e as políticas públicas em educação especial.

Os resultados demonstram que na esfera municipal há o conhecimento da legislação acerca das DCN's, tendo formação, capacitação continuada e apoio para professores, além do transporte, acessibilidade e alguns materiais para o atendimento da educação especial no ensino regular. Porém, constatou-se um pequeno número de alunos atendidos e a necessidade do levantamento da demanda total da EE, além da pouca atuação de equipes multiprofissionais e a falta de envolvimento da esfera estadual em ações para a EE.

É imprescindível que o cenário educacional se adeque a realidade, indo ao encontro com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Resolução 02/2001, em seu artigo 2º: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos." (BRASIL, 2001, p. 01).

2.4 ESTIGMA E ESTEREÓTIPO

Para Mantoan (2005), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Segundo esta autora, a EI deveria acolher todas as pessoas sem exceções.

Goffman (1980) aborda a situação de indivíduos incapazes de se confinarem aos padrões normalizados da sociedade, sentimentos da pessoa estigmatizada sobre si própria e a sua relação com os outros ditos “normais”. Indivíduos com deformações físicas, psíquicas ou de caráter, ou com qualquer outra característica que os torne aos olhos dos outros diferentes e até inferiores e que lutam diária e constantemente para fortalecer e até construir uma identidade social, sofrendo então o estigma imposto pela sociedade.

A manifestação de um estigma prejudica não só a situação social de uma pessoa como as relações pré-estabelecidas, além da imagem que os outros terão dele no futuro, ou seja, a reputação das consequências deste estigma pode prolongar-se por toda a vida deste indivíduo. Ainda assim este indivíduo pode ser conhecido por grupos de pessoas a partir de um conjunto de informações diferentes, com diferenças incompatíveis com dois ou mais desses grupos (GOFFMAN, 1980). Este mesmo autor demonstra que a maioria das pessoas “ditas normais”, são estigmatizadoras ou, correm o risco de ser. Sendo assim a implícita noção de que todos os seres controlam de distintas maneiras a informação que transmitimos aos outros, a imagem que damos de nós próprios.

Uma das coisas mais básicas e espontâneas que o nosso cérebro faz é categorizar as coisas, isso ocorre porque o cérebro não dá conta de processar todas as informações disponíveis em um ambiente e por isso este costuma utilizar atalhos para processar informações. Categorizar significa economiza o tempo, tensão e nos torna mais preparados para lidar com mudanças no ambiente. Porém essa atitude pode levar as pessoas a erros, principalmente quando envolvemos indivíduos (GALLO & ALENCAR, 2012).

O estereótipo é um reflexo/refração específico da realidade, como por exemplo: um lápis que colocado em um copo de água, "entorta", este reflete como um desvio. Porém estereótipo admite uma carga adicional do fator individual, que se manifesta sob a forma de informações emocional e valorativo, que vão influenciar no

comportamento humano (BACCEGA, 1998). Tendo em vista o seu conceito este reflexo acontece o tempo todo sem com que se perceba. Estereotipamos as pessoas em diferentes grupos, como por exemplo: mulheres, japoneses, americanos ou roqueiros. Este conceito significa ser aquilo que acreditamos sobre como são as pessoas que fazem parte de determinado grupo.

Preconceito é um “pré-conceito”, sendo assim, é um conceito formado antecipadamente. Os preconceitos, assim como os estereótipos, adquirem-se durante o processo de socialização, mas também podem ser construídos a partir dos nossos processos cognitivos, na tentativa de explicar a complexidade do mundo social. Diferem dos estereótipos, na medida em que estes são considerados uma componente afetiva e os estereótipos uma componente cognitiva.

3 METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão bibliográfica onde foram utilizadas as seguintes palavras-chave: inclusão escolar e percepção, inclusão escolar e perspectiva, inclusão e NEE, NEE e estigma e por fim inclusão escolar e estereótipo, a partir do ano de 2009 até 2019, justificando que foi selecionado a partir do ano de 2009 pelo fato de que no ano de 2008 foi publicado o PNEE. A busca de pesquisas foi realizada no portal de dados disponíveis na web: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em língua portuguesa. Optou-se pela pesquisa nesse portal por incluir estudos sobre IE e educação que são avaliados por comitês científicos antes de sua publicação. O Scielo é uma biblioteca online que oferece serviço de busca por meio de bases de dados de referência cientificamente confiáveis e de fácil acesso.

A escolha das publicações resultantes incluiu todos os artigos, seja de revisão da literatura ou pesquisa de campo e que continha como objetivo à IE, NEE, Percepção, Perspectiva, Estigma e Estereótipo que estivessem publicados nas plataformas pesquisadas, entre o período de 2009 - 2019.

Inicialmente foram localizados 140 artigos, dos quais 118 foram excluídos, sendo trabalhos fora do idioma, fora do objetivo e fora de data foram excluídos.

Após essa análise a seleção final contou com 22 artigos na íntegra e foram analisados quanto às palavras-chave pesquisadas citadas anteriormente. Todas elas foram obtidas no seu formato completo e analisadas de acordo com os objetivos da presente pesquisa.

4 RESULTADOS

Os artigos escolhidos a partir do ano de publicação e as palavras-chave pesquisadas serão apresentados pelos principais resultados encontrados no que diz respeito ao IE e NEE. Após a exclusão dos artigos, a partir do critério temporal (2009-2019), atender ao objetivo de tratar do tema da pesquisa, restou para estudo e análise 22 artigos. Referente à distribuição dos mesmos segundo as palavras-chave e foram listados no Quadro 1. Pode-se observar que o tema IE e a Perspectiva desta vivência se destacou com o maior número de trabalhos encontrados.

Quadro 1: Apresentação da quantificação dos temas e número de trabalhos.

Temas	Número de Trabalhos
INCLUSÃO ESCOLAR + PERSPECTIVA	9
INCLUSÃO ESCOLAR + PERCEPÇÃO	6
INCLUSÃO+ NEE	5
NEE + ESTIGMA	1
INCLUSÃO ESCOLAR + ESTERÍÓTIPO	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Posteriormente foi realizada uma leitura breve para identificar o ano e o tipo de pesquisa, revisão bibliográfica ou pesquisa de campo, que estão apresentados no quadro 2 e 3. Nota-se que em 2015 houve aumento de publicação na área, seguidos com maior número de publicação em 2017 e 2018. Os trabalhos em relação ao tipo de pesquisa identificou um maior número na Pesquisa de Campo, ressaltando que são as mais tradicionais no meio acadêmico, evidenciando a necessidade de maiores estudos em outros tipos de pesquisas além dos citados.

Quadro 2: Apresentação dos resultados acerca do ano de publicação

Ano de publicação	N. de trabalhos
2010	2
2012	2
2013	1
2014	2
2015	5

2016	1
2017	4
2018	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quadro 3: Apresentação dos resultados acerca do tipo de pesquisa.

Tipo de pesquisa	N. de trabalhos
Pesquisa de campo	14
Revisão Bibliográfica	8

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Logo após foi realizada uma leitura criteriosa a respeito dos principais resultados de cada pesquisa, podemos visualizar no Apêndice 1 os artigos detalhados com suas informações, logo abaixo teremos os principais resultados.

Segundo Gomes e Mendes (2010) na pesquisa: “Escolarização Inclusiva de Alunos com Autismo na Rede Municipal De Ensino De Belo Horizonte”. O apoio de pessoas que auxiliem na escola as crianças com NEE, pode ser um recurso importante para que possam desenvolver ao máximo o potencial desses alunos, assegurando assim o direito à educação e sua permanência na escola. Vargas e Rodrigues (2018) discutem “Mediação escolar: sobre habitar o entre” e segundo estes autores a mediação pode ser eficiente, e pode revelar um instrumento de superação, pela maneira que for desenvolvida nos espaços da escola, contribuindo para uma melhor aprendizagem e socialização dos alunos com NEE.

De acordo com Cristhovam e Cia (2013), na pesquisa intitulada: “O Envolvimento Parental na Visão de Pais e Professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais”. Afirmam ser imprescindível de estabelecer uma relação entre a família e a escola, é preciso oferecer orientações de como participar desse processo, assim como Maturana e Cia (2015), na pesquisa: “Educação Especial e Relação Família Escola: Análise da Produção Científica de Teses e Dissertações”. A família na escola é de suma importância para a inclusão do aluno com NEE, e aponta que deveriam acontecer mais estudos sobre este tema.

Gregorutti *et al.* (2018), com “A Tarefa de Casa na inclusão escolar: alunos com deficiência física”, aborda que a tarefa de casa para alunos com deficiência física pode contribuir para o processo inclusivo da criança na classe comum. A

família e a escola devem receber orientações para desenvolver este trabalho proporcionado maior evolução para criança incluída.

De acordo com Sales *et al.* (2015) em: “A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria”, uma escola onde os conteúdos curriculares fossem desenvolvidos na sua língua de origem e também ofereça um professor de Libras seria de suma importância para que as crianças surdas tenham a mesma oportunidade que crianças ouvintes, ocasionando uma inclusão escolar real, sem que estas venham a se sentir excluídas no meio educacional.

Silva e Bego (2018) em: “Levantamento Bibliográfico sobre Educação Especial e Ensino de Ciências no Brasil”. Apontam que o número de publicações na interface Ensino de Ciências e Educação Inclusiva ainda é muito pequeno frente ao total de publicações desses periódicos até o momento. Pois as pesquisas na área que vem sendo realizadas são majoritariamente pelos mesmos grupos de pesquisa. Ou seja, há uma necessidade de ações com vistas à ampliação de grupos de pesquisas que enfocam o assunto da Inclusão no âmbito do Ensino de Ciências.

Mahl e Munster (2015) em: “Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial”, apontam que o PPGEES/UFSCar tem contribuído significativamente na busca de novos saberes relacionados à interface entre Educação Física e Educação Especial. Sobretudo quanto a conceitos, procedimentos, estratégias, adaptações e novas reflexões sobre teorias e práticas relacionadas à cultura corporal, inclusão social e escolar de crianças, jovens, adultos e idosos com necessidades educacionais especiais.

Souza e Mendes (2017) em: “Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil”, afirmam que os estudos qualificados (teses e dissertações nacionais) como pesquisas colaborativas, as quais estudam “com” os envolvidos na inclusão escolar e não “sobre” eles, realizados no Brasil estão procurando cada vez mais contribuir para mudanças efetivas no contexto de ensino de alunos de público-alvo da EE. Produzindo uma reforma no cenário investigativo educacional, visto que os pesquisadores estão deixando de somente apontar os problemas nas políticas e práticas de inclusão escolar, como também, começando a contribuir para um papel social em relação às pesquisas.

“Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa”, Silva e Carvalho (2017) buscaram compreender quais os facilitadores e as limitações do processo de IE no Brasil na visão dos professores. Apontam a importância de um olhar amplo sobre a EI e a grande carência de adaptações para a concretização deste processo. Foram poucas as publicações que explicitaram sobre os sentimentos vivenciados pelos professores frente às dificuldades oriundas do processo de IE. Sendo apontados na grande maioria dos artigos apenas os aspectos técnicos fundamentais para a efetivação do ensino e aprendizagem de alunos com NEE, não dando enfoque para os sentimentos dos professores neste processo.

Vieira (2015) em “Sentimentos infantis em relação à deficiência intelectual: Efeitos de uma intervenção” realizou a pesquisa com 40 crianças, a partir de um questionário, apesar das crianças de um modo geral não apresentarem atitudes de rejeição em relação às pessoas com DI, ainda há um grande desconhecimento das pessoas a cerca do assunto. É importante uma maneira de se fazer intervenções a respeito disso, levando maiores esclarecimentos, e uma maneira que não gere a piedade, salientando a realidade dos sujeitos, mas vislumbrando a possibilidade de mudanças. Fantacini e Dias (2015), em “Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual”, destacam a importância da presença dos alunos com DI em salas de aula do ensino regular, proporcionando benefícios para todos os alunos, oportunizando assim que se promovam atitudes positivas nas relações sociais preparando para a vida na comunidade, e desenvolvendo sentimentos de afeto.

Lopes e Marquezine (2012), no trabalho: “Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores”, destacam que é importante que haja uma articulação entre os professores da classe de ensino regular e o AEE que é o suporte para que as crianças com NEE possam avançar nas suas aprendizagens, é relevante também que através do AEE dá-se os encaminhamentos necessários para os acompanhamentos que o aluno necessita como fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista, já Santos e Martins (2015) em: “Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular”. Dizem que a formação dos professores que atendem os alunos com NEE precisa ser de forma mais efetiva, ou seja, não basta ter uma formação inicial e sim

estar em constante busca de novos aprendizados nesta área, que cada vez está mais presente no cotidiano escolar.

Ribeiro *et al.* (2017) em: “Pensamento Social e Educação: Concepção de Escola e Avaliação da Inclusão por parte de mães de Alunos Deficientes de São Gonçalo”, investigaram a avaliação das famílias a respeito dos resultados das políticas de EE com alunos com Deficiência Intelectual (DI). Estes consideram que, embora não universalizados e ainda com claros indícios de que precisam apresentar melhores resultados com as pessoas com DI, os serviços ofertados na maioria das vezes, tiveram bons resultados na vida escolar dos alunos. Abordam que a nova prática inclusiva, definida pela PNEE/2008, vem colaborando para novas práticas no interior do sistema e da escola, atividades que provavelmente estejam influenciando mudanças nas representações a respeito da IE, da escola e de suas funções, o que certamente será capaz de criar ambientes mais favoráveis à democratização da escola.

Indo de encontro a isso, Comim e Amorim (2010) na pesquisa intitulada: “Em Meu Gesto Existe o Teu Gesto: Corporeidade na Inclusão de Crianças Deficientes”. Evidenciaram a importância do meio que as crianças com NEE estão inseridas, estar preparado para recebê-las, não somente em sua estrutura escolar e docente, bem como a comunidade escolar, fazendo com que a criança com NEE, tenha autonomia e possibilidades de expressar a sua voz e ser ouvida.

Segundo Ferroni e Gasparetto (2012) na pesquisa: “Escolares com baixa visão: percepção sobre as dificuldades visuais” abordam a opinião sobre as relações com a comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas, é necessário salientar que todas as crianças e adolescentes tem direito a uma escola inclusiva, independente de sua necessidade especial, pois esta convivência com o ambiente escolar e com alunos com NEE, proporciona o crescimento na sua aprendizagem e no seu desenvolvimento enquanto ser social, diminuindo a partir desse convívio as barreiras do preconceito que ainda permeiam a inclusão.

A escola e a comunidade precisam estar preparadas para as mudanças e cabe à escola proporcionar ações como, reuniões com os professores, palestras, seminários, informativos para que levem as informações necessárias para que essas mudanças se efetivem, fazendo com que a criança com NEE seja de fato inserida.

De acordo com Aquino e Ferreira (2016) na pesquisa intitulada: “Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas”. Evidenciam que existe uma posição favorável a inclusão de alunos com NEE no ensino regular, mas ainda há pouca clareza a respeito das ações a serem desenvolvidas. Alguns psicólogos afirmam não se sentirem totalmente preparados, salientando a falta de participação em práticas, essenciais a promoção da inclusão.

“Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência”, Magnabosco e Souza (2018), apresentam a relevância desse estudo na demonstração da efetividade da EI na redução do preconceito entre os estudantes. Destacam que atualmente a EI não é simples e nem fácil de ser implantada, pois presume que ocorre o desenvolvimento da ciência da diversidade e da deficiência a partir das relações estabelecidas no contexto social no qual o sujeito está inserido, superando o preconceito.

Rangni e Costa (2014) em: “Altas habilidades/superdotação e deficiência: reflexões sobre o duplo estigma”, refletem a possibilidade de pessoas com NEE possuírem duplo estigma, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. Apresentam que as altas habilidades/superdotação colocam as pessoas com características em um lugar de discriminação com rótulos, as quais, por fim, são estigmatizadas por estarem acima da média em relação aos demais indivíduos na escola e na sociedade, quando deveriam ser respeitadas e valorizadas por sua condição.

Oliveira e Araújo (2016) no trabalho: “Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC”, buscam identificar os estereótipos e as possíveis essencializações existentes na produção dos sujeitos com deficiência. Abordam que culturalmente a deficiência através de estereótipos pode trazer sérias implicações para a formação de professores com base nos pressupostos da EI, visto que os discursos estereotipados produzem não só o aluno com deficiência, mas também, os professores em formação, subjetivando-os. Isso significa que os enunciados produzidos sobre a deficiência no espaço formativo do portal nomeiam, simplificam e enquadram a deficiência, mas também regulam, coordenam e governam as ações dos professores, estruturando a sua forma de ver e pensar a realidade. Indo ao encontro do teórico Goffman (1980), assim como no trabalho anterior de Rangni e Costa (2014), os indivíduos estigmatizados buscam uma identidade social, porém o fator cultural dificulta este processo, destacando a

relevância deste assunto na atualidade da comunidade escolar e pesquisas acadêmicas.

Para construir escolas que sejam de fato inclusivas, é necessário rever a forma como lidamos com a educação, a aprendizagem e os atores escolares. A escola é local de relações, no qual professor e aluno interagem não só cognitivamente, mas também trocam experiências, impressões, vivências e emoções. Enquanto a escola não superar a visão dicotômica tradicional que separa e isola a cognição das emoções, não será possível construir uma visão integral do professor e do próprio aluno, agentes da aprendizagem. Uma escola inclusiva precisa incluir seus sujeitos (professor e alunos) por inteiro. Só a partir dessa concepção da unidade afetiva cognitiva é que poderemos avançar no desejado processo da educação inclusiva brasileira (FARIA E CAMARGO, P. 225, 2018).

Evidencia-se a falta de apoio que as instituições dão para que a política de IE seja cumprida, como não a compreensão dos professores sobre a política de EE ocasionando que os professores não estejam capacitados para atuar ou não tenha quantidade suficiente e eficaz de recursos e estratégias. É relevante a presença de profissionais especializados para dar suporte aos professores, seja para confecção e adaptação dos recursos e estratégias, como para conhecer a deficiência e necessidades pessoais de cada aluno (Faria e Camargo, 2018).

Mediante este panorama, dos 22 artigos analisados, 9 de Inclusão Escolar e Perspectiva, 6 trabalhos foram encontrados de Inclusão Escolar e percepção e 6 NEE e inclusão, porém NEE e Estigma e Inclusão Escolar e estereótipo apenas um artigo em cada tópico foi encontrado, evidenciando a carência e necessidade destes temas serem mais explorados no meio científico. Este se detém primeiramente a perceber a inclusão e dificuldade, a qual ainda se encontra presente na educação como podemos observar em parte dos trabalhos analisados logo acima.

A Perspectiva da Inclusão ainda encontra-se em crescimento devido à dificuldade de encarar e preparar professores para trabalhar a Inclusão para a prática e não apenas para a teoria. A Inclusão ainda não tem a devida atenção, sendo um tema de grande relevância, as escolas devem montar um planejamento para a Inclusão, devido à necessidade da clientela da comunidade especial escolar de cada instituição. É relevante as escolas terem pessoas que auxiliem crianças com NEE, que tenham espaços de interação com estes alunos para que estes se sintam mais incluídos.

Outro fator importante apontados nos trabalhos foi à relação da Família e Escola, as escolas precisam traçar metas para incluir a família, a qual irá automaticamente acolher e dar segurança para o aluno incluído. Uma maneira seria a tarefa de casa com a orientação de como desenvolver esta tarefa com estes alunos. Assim como toda escola deveria ter um profissional de Libras para os alunos se familiarizarem e terem contato com esta língua tão precisa e atualizada.

Para os outros temas menos encontrados, nota-se um pequeno despertar, porém é necessário pesquisar mais sobre NEE e Estigma e Inclusão Escolar e Estereótipo, pois a sociedade ainda mantém aspectos tradicionais e estudos técnicos, ou seja, novos estudos precisam partir de situações concretas. Há necessidade de se pesquisar sobre a EI em relação á diferentes áreas, assim como Ciências e Educação Física (trabalhos encontrados). A IE é um tema bastante atual no País, porém percebemos que os pesquisadores ainda não despertaram grande interesse para está área, um dos motivos por não despertar talvez seja por serem ainda minoria e estes ainda são rechaçados quando buscam pesquisar temas que se preocupem de fato com a Inclusão baseando-se em NEE, Estigma, Estereótipo. Encontram-se ainda mais barreiras para concluírem estes estudos e podem ter o problema de publicar, sendo assim de democratizar esta Inclusão. Nota-se que a Inclusão ainda é exclusiva quando se trata de trabalhos científicos nestes temas, pelo número de publicação perto de outras áreas distintas.

A grande maioria dos artigos se caracteriza ou se prende nas políticas da EI e a falta de capacitação dos professores a cerca da Inclusão. É preciso que as instituições escolares realizem intervenções sobre as crianças incluídas com NEE presentes na escola, disseminando estas informações para a comunidade escolar, seja por meio de cartazes ou folders durante uma semana de formação ou debates. Esperando que assim se tenha uma maior IE real e menos índice de estigmas e estereótipos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva necessita de uma maior compreensão e reflexão por parte dos pesquisadores, estes em algum momento de sua carreira docente irão se deparar com educandos com NEE e esta nem sempre será uma tarefa fácil para os mesmos. Notou-se que a EI é uma educação que deve se adequar a cada educando especial. Faz-se importante que cada educando especial seja analisado perante seu quadro clínico e suas limitações, pois estes são alunos necessitam de um maior comprometimento por parte de seus docentes e gestão da escola, para que possa vir a acontecer de fato à inclusão escolar de todos os casos especiais.

No entanto, pude perceber em vista dos trabalhos analisados que a formação de professores que atenderia estes educandos ainda é limitada, basicamente não existe, uma cartilha correta onde se encontre escrito à forma como o professor deve proceder sua aula para cada tipo de NEE. Os professores irão se adequando e se aperfeiçoando conforme suas experiências vividas na prática com seus alunos especiais, e estes devem sim obter um apoio total da gestão da escola, incluindo a família. A gestão da escola necessita mapear cada caso especial inserido na mesma e trabalhar junto aos professores da classe desses alunos de forma coletiva, para a resolução de cada dificuldade encontrada no ensino e aprendizagem, bem como na socialização deste aluno no contexto escolar. Ou seja, os docentes, gestão escolar e toda a comunidade escolar, devem estar preparados para de fato “Incluir e Acolher” os educandos especiais.

Ainda não é possível afirmar que exista saberes específicos para se educar alunos especiais, como podemos observar nas leis existentes, porém é necessário que o docente seja adepto a Inclusão Escolar, e que esta não se restrinja a participação do aluno estar presente em sala de aula, mas que estes profissionais tenham a capacidade e a sensibilidade necessária para que esse aluno se torne incluído por inteiro, pois mais importante que o aluno estar presente em sala de aula, é fazer com que este aluno seja um sujeito participativo e atuante em seu processo de aprendizagem, sempre respeitando suas limitações, mas com um olhar mais emancipador por parte do educador, tornando esse educando assim de fato incluso na escola.

Outro fator relevante para esta pesquisa foi observar o escasso número de pesquisas a cerca do NEE e Estigma e Inclusão Escolar e Estereótipo, observando

que estes fatores existem no dia a dia dos alunos incluídos. Uma sugestão de evitar que um grupo seja estigmatizado seria compreender e conhecer este grupo, e apresentar para o grupo escolar, seja com palestras ou debates motivacionais a cerca da NEE, salientando o quanto as características negativas impostas a eles pode ser prejudicial no seu dia a dia. A perspectiva de inclusão ainda é tratada como um fato problema em sociedade, talvez pela falta de comprometimento com a mesma por conta dos órgãos públicos que não dão o suporte necessário para esta ação na sociedade e também nas escolas, diminuindo assim o número de pesquisas científicas na área.

Se nem as instituições educadoras estão preparadas para atender tais clientelas, imagina pais que nem sequer pensaram na possibilidade de criar e educar, uma criança com NEE em sua família. Por isso a escola precisa estar preparada para dar suporte também aos pais ou responsáveis dessas crianças especiais, que na maioria dos casos pensam que seu filho não seria capaz de desenvolver alguma habilidade incluindo a família nesse contexto.

Tudo que permeia a inclusão é um fato novo, cada pessoa com NEE contém suas particularidades, e cabe a sociedade e principalmente a escola acolher esses cidadãos respeitando suas diferenças e suas limitações.

Então chego à conclusão perante aos artigos analisados que realmente IE é um assunto muito complexo e que exige muita dedicação daqueles que com ela irão conviver e executá-la, ou ao menos tentar executá-la.

Trabalhando há 11 anos dentro de uma escola que recebe crianças especiais, levando em consideração a minha própria vivencia, fica claro para mim é que ainda há muito que se fazer para que a inclusão de alunos com NEE, não se torne uma exclusão.

O que observo é que infelizmente na maioria dos casos, o aluno com NEE é visto como um problema, um peso, aquele que atrapalha, ou que simplesmente está ali como uma peça decorativa, não sendo estimulado a participar das atividades da sala de aula ou de recreação, principalmente se esse aluno não se encaixa nos padrões impostos pela sociedade, como beleza e condição social.

Todos nós possuímos alguma diferença, a sociedade nos impõe diferenças, porém devem ser vencidas, a fim de quebrar qualquer tipo de estigmas ou estereótipos impostos pela sociedade, principalmente nas instituições escolares, onde se encontram as maiores diferenças, sociais, culturais, etc. Fazem-se

necessárias novas pesquisas para uma integralização de todas as diferenças e a inclusão de todos aqueles que de alguma forma se compatibilizam com alguma dessas, em especial à criança com NEE.

A importância deste trabalho justifica-se, não somente pelos saberes científicos que adquiri na minha caminhada acadêmica, mas também para o meu crescimento e evolução enquanto ser humano. Hoje tenho outro olhar sobre a inclusão, me sinto mais capaz de entender e reconhecer o outro, e sinto-me privilegiada de poder conviver com crianças com NEE, e se eu conseguir levar através deste trabalho uma palavra que toque o coração das pessoas já terei atingido o meu objetivo.

6 REFERÊNCIAS

AQUINO, B. S. F. SANTOS, P. R. CAVALCANTE, A. L. GOMES, R. A. **Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 1, Janeiro/Abril de 2015: 71-78.

BACCEGA, A. M. **O estereótipo e as diversidades.** Comunicação & Educação, São Paulo, 131: 7 a 14, set./dez. 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial, MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC.** Educação é a base. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão.** Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC; SEEP; 2008.

BRAZ, S. F. FERREIRA, L.R. i. **Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar.** Psicologia: Ciência e Profissão Abr/Jun. 2016 v. 36 nº2, 255-266. 2016.

CABRAL, F. A. **Inclusão escolar no ensino fundamental: estudo das relações sociais entre alunos com e sem deficiência intelectual.** Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos pós-graduados em Educação: história, política e sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

CABRAL, S. C. SOARES, C. **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n.33 e142079, 2017.

CARVALHO, E.R. **Educação Inclusiva: Com os pingos dos “is”.** Editora Mediação, 2004.

CHRISTOVAM, C. C. A. CIA, F. **O Envolvimento Parental na Visão de Pais e Professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 563-582, Out.-Dez., 2013.

COMIN, S. F. AMORIM, S. K. **“Em Meu Gesto Existe o Teu Gesto” 1: Corporeidade na Inclusão de Crianças Deficientes.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 261-269, 2010.

Documento subsidiário à política de inclusão. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

FANTACINI, F. A. R. DIAS, S. R. T. **Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 21, n. 1, p. 57-74, Jan. - Mar., 2015.

FARIA F. M. P. CAMARGO, D. **As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.24, n.2, p.217-228, Abr.-Jun., 2018.

FERRONI, C. C. M. GASPARETTO, F. R. E. M. **Escolares com baixa visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.18, n.2, p. 301-318, Abr.-Jun., 2012.

FREIRE, S. **UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO.** *Revista da Educação*, Vol. XVI, nº 1, 5 – 20, 2008.

GALLO, E. A. ALENCAR, A. S.J. **Psicologia do desenvolvimento da criança.** Graduação em Pedagogia - EaD Maringá - PR, 2012.

GAMA, Viviani de Matos. **Limitações do Ensino Inclusivo no atual sistema educacional.** 11 de Junho de 2011. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Ciências Biológicas - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

GOMES, S. G. C. MENDES, G. E. **ESCOLARIZAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM AUTISMO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.16, n.3, p.375-396, Set. - Dez., 2010.

GREGORUTTI, C. C. ZAFANI, D. M. OMOTE, S. BALEOTTI, R.L. **A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.2, p.233-244, Abr.-Jun., 2017.

Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assunto Jurídicos.

LEITE, M. H. Z. **Inclusão escolar de alunos com deficiência mental no ensino fundamental: entre o possível e o desejável.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, 2006.

LOPES, E. MARQUEZINE, C. M. **Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, Jul.-Set., 2012.

MACEDO, L., PETTY, A L S, PASSOS, C.P. **Aprender com Jogos e situações problema.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

MAGNABOSCO, B. M.SOUZA, L. L. **Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 22, Número 1, Janeiro/Abril de 2018: 115-122.

MAHL, E. MUNSTER, V.A.M. **Análise das Dissertações e Teses do PPGEEES/UfsCar na Interface Educação Física e Educação Especial.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 2, p. 299-318, Abr.-Jun., 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In Nova Escola, maio, 2005.

MARINS, S. C. F. MATSUKURA, T, S. **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS CIDADES-PÓLO DO ESTADO DE SÃO PAULO.** Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.45-64, jan.-abr. 2009.

MATURANA, M. P. P. A. CIA.F. **Educação Especial e Relação Família Escola: Análise da Produção Científica de Teses e Dissertações.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto de 2015: 349-358.

MELETTI, F.M. S. RIBEIRO, K. **INDICADORES EDUCACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.** Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio-ago. 2014.

MENDES, G.E. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE.** (2011-2020).

OLIVEIRA, M. T. F. A. ARAÚJO, M. C.A **Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, p. 65-78, Jan. - Mar., 2016.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1964.

RANGNI, A.R. COSTA, R. P. M. **Altas habilidades/superdotação e deficiência: reflexões sobre o duplo estigma.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 187-199, jul./set. 2014. Editora UFPR.

RIBEIRO, I. C. M. I. WOLTER. P. C M. R. METTRAU, B. M. **PENSAMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO DE ESCOLA E AVALIAÇÃO DA INCLUSÃO POR**

PARTE DE MÃES DE ALUNOS DEFICIENTES DE SÃO GONÇALO. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.63-80, jan.-mar. 2017.

SALES, R. E. PENTEADO, G. M. MOURA, Q. A. **A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria.** Bolema, Rio Claro (SP), v. 29, n. 53, p. 1268-1286, dez. 2015.

SANTOS, C. C. T. MARTINS, R. A. L. **Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 3, p. 395-408, Jul.-Set., 2015.

SILVA, C. CARVALHO, E. G. B. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017.

SILVA, V. L. BEGO, M.A. **Levantamento Bibliográfico sobre Educação Especial e Ensino de Ciências no Brasil.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.3, p.343-358, Jul.-Set., 2018.

SOUZA, R. T. MENDES, G. E. **Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.279-292, Abr.-Jun., 2017.

VARGAS, T. B. T. RODRIGUES, A. G. M. **Mediação escolar: sobre habitar o entre.** Revista Brasileira de Educação v. 23 e230084 2018.

VIEIRA, M. C. **Sentimentos Infantis em Relação à Deficiência Intelectual: Efeitos de uma Intervenção.** PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2015, 35(2), 423-436.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

APÊNDICE 1

Artigo e Ano	Tipo de pesquisa	Nº de Participantes	Coleta de dados	Análise dos dados
1) O Envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais 2013	Pesquisa de campo	60 pais 54 professores	Questionários	Métodos descritivos Análise de conteúdos
2) E.E Levantamento Bibliográfico Sobre Educação Especial e Ensino de Ciências No Brasil 2018	Pesquisa Bibliográfica a partir dos temas: inclusão, educação inclusiva, educação especial, necessidades educacionais especiais e formação de professores.	-	A partir da Análise de Conteúdo, para a informação, seis periódicos acadêmico-científicos de estratos A1 e A2 definidos pelo qualis da CAPES.	Levantamento quantitativo acerca da frequência dos temas nas revistas, as palavras-chave, a metodologia das pesquisas e as principais conclusões.
3) A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria 2015	Revisão da literatura	-	Discussão sobre o ensino de matemática no contexto da escola inclusiva ao tratar de uma prática envolvendo estudantes surdos dos anos iniciais	Apresentou-se aspectos relevantes sobre a surdez e princípios para se pensar a educação de pessoas surdas.

			do ensino fundamental.	
4) Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UfsCar na Interface Educação Física e Educação Especial 2015	Pesquisa Bibliográfica	-	Foi analisar a produção discente (dissertações e teses) do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na interface Educação Física e Educação Especial.	A partir da Análise de Conteúdos
5) ESCOLARIZAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM AUTISMO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE 2010	Pesquisa de campo	33 professores	Questionário semi estruturado	Análise de conteúdo ²¹
6) A Tarefa de casa na inclusão escolar Alunos com deficiência física 2017	Pesquisa de campo	15 professores 15 cuidadores familiares	Questionário	Análise e conteúdos
7) Educação especial e a relação família escola: Análise da produção científica de teses e dissertações 2015	Revisão Bibliográfica	-	Banco de Teses da Capes (de 2001 a 2011).	Análise de conteúdos
8) Sentimentos infantis em relação a deficiência intelectual: Efeitos de uma intervenção 2015	Pesquisa de campo	40 crianças	Questionário	Análise de conteúdo

9) Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual 2015	Pesquisa de campo	Professores	Entrevista semiestruturada	Análise de conteúdo
10) Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores 2012	Pesquisa de campo	Quatro professores	Entrevista semi-estruturada Questionário	Abordagem qualitativa Análise de conteúdos e descritiva
11) Escolares com baixa visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas 2012	Pesquisa de Campo	19 estudantes	Roteiro estruturado Entrevista	Análise quantitativa Método descritivo
12) Mediação escolar: sobre o habitar o entre 2018	Pesquisa Bibliográfica	-	Funcionárias da secretaria da escola e artigos	Leitura
13) Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência 2018	Pesquisa de campo	27 crianças	Entrevista	Análise de conteúdos
14) As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática 2018	Revisão sistemática	-	Artigos Scielo 2008 a 2016	Análise de conteúdos

15) Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil 2017	R. Bibliográfica	-	41 trabalhos Base de dados da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Análise de dados
16) Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa 2017	Revisão integrativa da literatura	-	Busca sistemática no SciELO, LILACS, Web of Science, ERIC, Gale, UFLA, IBICT e Sistema de Bibliotecas da Unicamp (Janeiro de 2011 abril de 2016)	Análise descritiva
17) PENSAMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO DE ESCOLA E AVALIAÇÃO DA INCLUSÃO POR PARTE DE MÃES DE ALUNOS DEFICIENTES DE SÃO GONÇALO* 2017	Pesquisa de campo	23 Mães	Entrevista semi estruturada	Análise categorial de Bardin
18) Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas 2016 OBS: Formação	Pesquisa de campo	12 psicólogos	Entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdos
19) Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. 2015	Pesquisa de campo	2 professoras	Observação e entrevista semiestruturada	Pesquisa qualitativa Análise de conteúdo
20) "Em Meu Gesto	Pesquisa	2 Meninas	Gravação de	Análise de

Existe o Teu Gesto” : Corporeidade na Inclusão de Crianças Deficientes 2010	Bibliográfica	Pais Professores Profissionais de saúde	vídeo Entrevistas	conteúdo
21) Altas habilidades/superlotação e deficiência: reflexões sobre o duplo estigma 2014	Pesquisa bibliográfica	-	Buscas em livros, artigos científicos, documentos oficiais, <i>sites</i> na internet e consultas na biblioteca eletrônica on- line SciELO.	Análise de conteúdos
22) A Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC 2014	Revisão bibliográfica	-	Portal do professor do Mec	Análise arqueológica

Artigo	Resultados referente aos artigos
<p>1) O Envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais 2013</p>	<p>- Os participantes afirmaram que uma boa relação família-escola seria aquela em que comunicação fosse eficiente. No que diz respeito à promoção da relação, professores afirmam a necessidade da escola ser mais atrativa e pais entendem a necessidade desta oferecer orientações sobre como participar (pg. 563)</p> <p>- Conforme afirma Pereira (1996), uma relação parental próxima à escola é positiva a todos os envolvidos, mais do que os alunos, as famílias também são beneficiadas pelas seguintes razões: possibilidade de conhecer seus direitos e responsabilidades; conhecer informações sobre a deficiência do filho, recebendo informações específicas sobre como a criança se desenvolve e sobre como poderá ajudar nesse processo; conhecer os tipos de atividade que pode realizar em casa; aprender como ensinar novas competências as crianças; e, conhecer outros recursos que possam ajudar no desenvolvimento da criança. Consequentemente, a escola, também seria beneficiada, na medida em que os pais pudessem se envolver de maneira mais adequada na escolaridade como ações mais efetivas. Neste sentido, ações que implementam a comunicação entre as duas instâncias são necessárias, promovendo uma comunicação eficiente e contínua de modo a contribuir de maneira ininterrupta com o desenvolvimento tanto em casa, como na escola (pg. 578)</p>
<p>2) E.E Levantamento Bibliográfico Sobre Educação Especial e Ensino de Ciências No Brasil 2018</p>	<p>- O número de publicações na interface Ensino de Ciências e Educação Inclusiva ainda é muito pequeno frente ao total de publicações desses periódicos até o momento;</p> <p>- As pesquisas na área vêm sendo realizadas majoritariamente pelos mesmos grupos de pesquisa;</p> <p>- Necessidade de ações com vistas à ampliação de grupos de pesquisas que enfocam o assunto da Inclusão no âmbito do Ensino de Ciências;</p>
<p>3) A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria 2015</p>	<p>- Para o aluno surdo, seria melhor uma escola na qual os conteúdos curriculares fossem ministrados em sua língua de domínio;</p> <p>- que tenha professores e pares que partilhem com ele a Libras, de modo a promover um desenvolvimento o mais plenamente possível, como é oportunizado para crianças ouvintes.</p>
<p>4) Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UfsCar na</p>	<p>- Apontaram que o PPGEES/UfSCar tem contribuído significativamente na busca de novos</p>

Interface Educação Física e Educação Especial 2015	saberes relacionados à interface entre Educação Física e Educação Especial; - Sobretudo quanto a conceitos, procedimentos, estratégias, adaptações e novas reflexões sobre teorias e práticas relacionadas à cultura corporal, inclusão social e escolar de crianças, jovens, adultos e idosos com necessidades educacionais especiais.
5) ESCOLARIZAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM AUTISMO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE 2010	- O apoio de auxiliares leigos na escola para crianças com necessidades educacionais especiais pode ser um recurso valioso, se o plano educacional individualizado do aluno pressupõe que isto seja necessário. Entretanto, não se trata de um recurso que deve ser utilizado indiscriminadamente, e muito menos para substituir a oferta de apoios de profissionais especializados e qualificados para responder as necessidades diferenciadas destas crianças, como parece ser o caso. Crianças com necessidades educacionais especiais precisam ter seu direito a educação assegurado, e de nada adianta assegurar a presença delas na escola se o direito à educação continuar sendo mascarado pelo assistencialismo e pela tutela (pg. 393) - Assim, no momento em que este sistema educacional estudado já conseguiu assegurar o acesso e a permanência dos alunos com autismo nas classes comuns de escolas regulares, o próximo passo deveria ser o de oferecer às escolas condições para que possam desenvolver ao máximo o potencial desses alunos (pg. 394)
6) A Tarefa de casa na inclusão escolar Alunos com deficiência física 2017	- O uso da tarefa de casa poderá trazer grandes contribuições para a classe comum e o processo inclusivo da criança com deficiência física se tanto o contexto escolar quanto o contexto familiar receberem orientações para desempenharem com satisfação as atribuições destinadas a eles. A preocupação com esta temática, se trabalhada com abordagens próprias do contexto escolar, poderá auxiliar as equipes dos profissionais que dão suporte e visam garantir a permanência destas crianças no ensino regular e desta maneira, devem necessariamente levar em consideração todo o entorno da criança com deficiência. (pg. 243)
7) Educação especial e a relação família escola: Análise da produção científica de teses e dissertações 2015	- As pesquisas que analisaram espaços comuns família-escola voltados à discussão sobre o processo de inclusão escolar revelaram que, apesar de discrepâncias estarem presentes no início, o contato semanal escola-família para abordar o tema inclusão favorece a criação de medidas e estratégias de ambos os lados. Todas as pesquisas ressaltaram a importância do relacionamento

	<p>família-escola como fator essencial para que a inclusão do aluno público alvo da Educação Especial ocorra e apontaram a necessidade de um maior número de estudos investigarem e intervir nessa temática. (pg.365)</p> <p>- A opinião de professores e gestores sobre a participação dos pais é muitas vezes deixada em segundo plano, remetendo à ideia de que é algo menos importante quando se estuda a relação família-escola. É importante ressaltar que o bom relacionamento família-escola depende de esforços bilaterais que envolvam comunicação e proporcionem espaços comuns de discussão (pg. 366)</p>
<p>8) Sentimentos infantis em relação a deficiência intelectual; Efeitos de uma intervenção 2015</p>	<p>- As crianças dessa idade têm a tendência de se imaginar no lugar do outro e seus sentimentos revelam isso. Apesar de compreensíveis, esses sentimentos não podem paralisar a ação ou levar a condutas que confirmem a dependência, a fragilidade e a incapacidade dos sujeitos com deficiência intelectual. Trabalhos futuros devem considerar tais aspectos e buscar estratégias que atinjam aspectos cognitivos, sociais, afetivos e comportamentais. (pg. 434)</p> <p>- Assim, deve-se pensar em futuras intervenções que considerem esses dados e busquem trabalhar tais sentimentos junto às crianças, incentivando a empatia e não a piedade. É importante que as crianças conheçam a realidade dos sujeitos com deficiência em nossa sociedade, mas que vislumbrem possibilidades de mudanças. (pg.433)</p>
<p>9) Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual 2015</p>	<p>- Prevaleceu um consenso entre a maioria das professoras, ao afirmarem que a inclusão de alunos com deficiência intelectual em salas de aula do ensino regular tem resultado em benefícios para todos os alunos, com e sem deficiências, considerando atitudes positivas, desenvolvidas mutuamente, com aprendizagens significativas nas relações sociais, acadêmicas e de preparação para a vida na comunidade. (pg. 72)</p>
<p>10) Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores 2012</p>	<p>- A articulação pedagógica entre os professores, que atuam no AEE e os professores das classes do ensino regular, para promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos, é de extrema importância para o êxito da educação inclusiva. (BRASIL, 2010).</p> <p>- A consciência de que o trabalho pedagógico é coletivo contribui para não se alimentar a ideia e de que o AEE continua sendo um serviço da educação</p>

	especial paralelo do ensino regular. (pg. 502)
11) Escolares com baixa visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas 2012	- É direito de todas as crianças e adolescente serem educados em escolas inclusivas, independente de sua deficiência ou necessidade especial. A convivência com os pares no ambiente escolar proporciona aos escolares o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento e a transformação, porém para lidar com essa população, a escola e a comunidade escolar necessitam estar preparadas. O preparo à comunidade escolar pode acontecer por meio de palestras, reuniões com profissionais especializados, leituras de textos informativos, exibição de vídeos e estudos nos HTPC (Hora de trabalho pedagógico coletivo). (pg. 316)
12) Mediação escolar: sobre habitar o entre 2018	- O mediador escolar acompanha o estudante durante seu dia letivo, buscando intervir, potencializando seu processo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento. Concluíram que a mediação escolar pode revelar um instrumento de superação de uma inclusão meramente retórica. Esse argumento não possui o intuito de desproblematizar tal prática nem de torná-la condição para a inclusão. - Pois a inclusão precisa se dar por uma visão holística. Sendo assim, a mediação não é positiva ou negativa, mas pode ser eficaz ou não pelo uso que se faz dela, pela postura ética, estética e política que se tem diante do fazer, pela sua sensibilidade, pela sua exposição diante dos encontros que se dão no espaço escola (pg. 22).
13) Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência 2018	A importância desse estudo consiste na demonstração da efetividade da educação inclusiva na redução do preconceito entre os estudantes. É preciso destacar, contudo, que a educação inclusiva não é, atualmente, simples nem fácil de ser implantada, pois pressupõe o desenvolvimento da compreensão da diversidade a partir das relações estabelecidas no contexto social em que o sujeito se insere – contexto esse que pode potencializar ou minorar as suas limitações. Implica, portanto, no estabelecimento de uma compreensão da diversidade e da deficiência a partir do modelo social. (pg.121)
14) As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática 2018	- Se pretendemos construir escolas genuinamente inclusivas, é necessário rever a forma como lidamos com a educação, a aprendizagem e os atores escolares. A escola é local de relações, no qual professor e aluno interagem não só cognitivamente, mas também trocam experiências, impressões,

	<p>vivências e emoções. Enquanto a escola não superar a visão dicotômica tradicional que separa e isola a cognição das emoções, não será possível construir uma visão integral do professor e do próprio aluno, agentes da aprendizagem. Enquanto o professor for visto somente como cérebro, sem espaço para sentir e também sentir-se, a escola se fecha à possibilidade de relações mais abertas e autênticas, facilitadoras de relações e que se aproximam de um sujeito real, que é corpo e também mente, que pensa e que também sente. Uma escola inclusiva precisa incluir seus sujeitos por inteiro, professores e alunos; precisa compreendê-los como seres plenos e integrais que são possuidores de intelecto e também emoção. Só a partir dessa concepção da unidade afetiva cognitiva é que poderemos, de fato, avançar no ambicioso e desejado processo da educação inclusiva brasileira. (pg. 225)</p>
<p>15) Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil 2017</p>	<p>- Podemos afirmar que os estudos qualificados como pesquisas colaborativas em inclusão escolar realizados no Brasil estão procurando cada vez mais contribuir para mudanças efetivas no contexto de ensino de alunos PAEE. Isto produz uma mudança importante no cenário investigativo educacional, visto que, nós pesquisadores estamos deixando de somente apontar os problemas nas políticas e práticas de inclusão escolar, como também, começamos a contribuir para uma melhora deste cenário, cumprindo, assim, um importante papel social da pesquisa. (pg. 290)</p>
<p>16) Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa 2017</p>	<p>- Os resultados apontam a importância de um olhar amplo sobre a educação inclusiva e a grande necessidade de adaptações para a efetivação deste processo. Foram poucas as publicações que explicitaram sobre os sentimentos vivenciados pelos professores frente às dificuldades oriundas do processo de inclusão escolar. Sendo apontados na maioria dos artigos apenas os aspectos técnicos fundamentais para a efetivação do ensino aprendizagem de alunos com NEEs, não dando enfoque para os sentimentos dos professores neste processo. Evidencia-se a falta de apoio que as instituições dão para que a política de inclusão escolar seja cumprida, ocasionando que os professores não estejam capacitados para atuar ou não tenham quantidade suficiente e eficaz de recursos e estratégias. Assim como a não compreensão dos professores sobre a política de educação especial. Aponta-se a importância da</p>

	<p>presença de profissionais especializados para dar suporte aos professores, seja para confecção e adaptação dos recursos e estratégias, como para conhecer a deficiência e necessidades pessoais de cada aluno. (pg. 305)</p> <p>- Ressalta-se a escassez de estudos nacionais sobre a temática e a atuação de profissionais de outras áreas, como a da saúde, exemplificando os Terapeutas Ocupacionais, na Educação Inclusiva. Dessa forma considera-se a importância de investimentos com estudos sobre as contribuições que os profissionais da área da saúde podem dar pensando na relação entre recurso terapêutico e a prática educacional. (pg. 306)</p>
<p>17) PENSAMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO DE ESCOLA E AVALIAÇÃO DA INCLUSÃO POR PARTE DE MÃES DE ALUNOS DEFICIENTES DE SÃO GONÇALO* 2017</p>	<p>- Diante do resultado da pesquisa ora apresentada, podemos considerar que, embora não universalizados e ainda com claros indícios de que precisam atingir melhores resultados com as pessoas com DI, os serviços ofertados tiveram, na maioria das vezes, bons resultados na vida escolar dos alunos. (pg.77)</p> <p>- Assim, enfatizamos que a nova prática inclusiva, definida pela PNEE/2008, vem colaborando para novas práticas no interior do sistema e da escola, atividades que provavelmente estejam influenciando mudanças nas representações a respeito da inclusão escolar, da escola e de suas funções, o que certamente será capaz de criar ambientes mais favoráveis à democratização da escola. Nesse sentido, percebemos, conforme Rouquette (2000), que, além de sabermos que a representação condiciona a prática, as práticas também transformam as representações. (pg. 78)</p>
<p>18) Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas 2016</p>	<p>- Entende-se como relevante para o campo educacional a realização de estudos que investiguem as ações desenvolvidas por psicólogos escolares, visto que o conhecimento e a reflexão sobre as práticas em curso favorecem o desenvolvimento de intervenções fundadas na realidade concreta e específica de cada escola. Dessa forma, recomenda-se que futuros estudos sejam desenvolvidos para que se possa apresentar um panorama mais abrangente das concepções e práticas de psicólogos em escolas públicas, de forma a detalhar mais profundamente seu impacto na realidade escolar e subsidiar novas propostas de intervenção. (pg. 77)</p>
<p>19) Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular</p>	<p>- Há uma necessidade premente de formação continuada para os professores e demais educadores que lidam, na escola, com a diversidade do alunado, incluindo neste contexto também os</p>

2015	<p>alunos com deficiência, uma vez que a formação sempre vai permear a prática pedagógica. Isso porque não basta somente a formação inicial, adquirida em cursos de licenciatura, uma vez que, além do aluno, há outro ser sempre aprendem-te na escola, que é o próprio professor. Por isso, este deve estar sempre conectado, em contínua formação, atento às transformações que surgem e, neste sentido, ao novo modelo de escola inclusiva, ora estabelecido na política educacional. (pg. 405)</p> <p>- Diante da realidade investigada, verificamos que muitas das dificuldades situadas pelos docentes e observadas no cotidiano escolar têm origem nas lacunas presentes na sua formação. Embora não existam receitas a serem seguidas, tal formação, se bem desenvolvida, contribuirá para uma mudança das práticas referentes ao ensino, no contexto da escola. Portanto, consideramos necessário que esse aperfeiçoamento profissional dê ênfase à dimensão subjetiva (humana), como forma de motivá-lo. (pg. 405)</p>
20) “Em Meu Gesto Existe o Teu Gesto”: Corporeidade na Inclusão de Crianças 2010	<p>- Estudaram os discursos (verbal) que incidem sobre as crianças pode mostrar apenas o modo como são vistas, colocando-as como pessoas passivas e sem muitas possibilidades de negociação. Porém, pelos casos que os autores apresentam, verificou-se a importância de se olhar para o aspecto não-verbal na discussão da linguagem (Bakhtin, 1999).</p> <p>- As análises revelam que a noção de expressividade, abre-se a possibilidade de a criança com necessidades especiais “expressar a sua voz” e ser ouvida. A partir da noção de corporeidade, abrem-se mais formas de conceber, analisar e discutir não só o desenvolvimento da criança, como a própria inclusão, seus atores, contextos e instituições.</p> <p>- O advento da criança com NEE em um meio que não estava preparado para recebê-las (não contando com adaptações ou estruturas voltadas para a inclusão) promove uma série de rearticulações no ambiente, como a preocupação das educadoras, dos funcionários, dos familiares, das demais crianças que se adaptam ao novo contexto e com as novas demandas que acabam surgindo (Yazlle, 2001).</p>
21) Altas habilidades/superdotação e deficiência: reflexões sobre o duplo estigma	<p>- Refletir sobre o estigma construído pela sociedade e existente historicamente junto às pessoas com deficiência é revoltante e expressa desconforto quando se nota a desumanidade que essas pessoas</p>

2014	<p>sofreram e sofrem, ainda em pleno século XXI, enquanto lutam para terem seus direitos reconhecidos e garantidos em um modelo social que padroniza, normaliza e exclui.</p> <p>- Outra categorização de necessidades especiais, as altas habilidades/superdotação, colocam as pessoas com essas características em um lugar de discriminação com rótulos, as quais, por fim, são estigmatizadas por estarem acima da média em relação a seus pares na escola e na sociedade, quando deveriam ser respeitadas e valorizadas por sua condição, que muito poderia contribuir com seus talentos.</p>
22) A Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC 2014	<p>- Ao identificar as múltiplas representações culturais da deficiência no espaço formativo do Portal, percebemos que a deficiência é produzida ou construída na repetição de textos e de imagens que alcança um nível de consenso ao ser enunciada por diferentes sujeitos, produzindo-se efeitos de verdade. Em sendo assim, reconhecemos que a deficiência nada mais é que a incidência regular de certos temas, imagens e falas produzidas por sujeitos que ocupam posições distintas e que enunciam em espaços formativos diversos.</p> <p>- O problema é que o Portal do Professor do MEC, ao colocar ao dispor dos professores metodologias variadas, ao mostrar as condutas desejáveis, ao prescrever práticas pedagógicas que cumpram as metas educacionais propostas pelo Estado Brasileiro para educação das pessoas com deficiência, numa perspectiva inclusiva, pode acabar produzindo um efeito contrário, tendo em vista que muito do que é proposto nesse espaço formativo está atrelado a uma concepção de educação normalizadora e patologizante, contrariando os pressupostos básicos de uma educação inclusiva.</p> <p>- Essa maneira de representar culturalmente a deficiência através de estereótipos pode trazer sérias implicações para a formação de professores com base nos pressupostos da educação inclusiva, visto que os discursos estereotipados produzem não só o aluno com deficiência, mas também e, sobretudo, os professores em formação, subjetivando-os. Isso significa que os enunciados produzidos sobre a deficiência no espaço formativo do Portal nomeiam, simplificam, enquadram a deficiência, mas também regulam, coordenam e governam as ações dos professores, estruturando a</p>

	<p>sua forma de ver e pensar a realidade.</p> <p>- É exatamente por isso que não podemos continuar produzindo - nas formações de professores virtuais ou presenciais - conhecimentos sobre a deficiência que encerrem ou aprisionem esses sujeitos nos discursos da estereotipia e dos essencialismos. Acreditamos ser necessário produzir uma reflexão permanente a respeito das condições de produção do conhecimento sobre a deficiência nos espaços formativos, possibilitando aos alunos em formação a construção de um olhar crítico sobre os sentidos, as imagens e os enunciados que falam sobre os sujeitos com deficiência problematizando-os.</p>
--	--